

ECONOMIA SUSTENTÁVEL • AMAZÔNIA

Fim da Moratória da Soja aumentará desmate da amazônia em 17% na próxima década, diz análise

- Artigo afirma que áreas do tamanho de Portugal e Itália estarão vulneráveis após colapso do acordo
- Pacto barra compra de grãos de terras desmatadas após 2008, mas principais tradings anunciaram saída

F DÊ UM CONTEÚDO

Gabriel Gama

SÃO PAULO O [colapso da Moratória da Soja](#) elevará o [desmatamento](#) da [amazônia](#) brasileira em 17% na próxima década (2025-2035), em relação aos anos anteriores (2014-2024), e ameaçará áreas florestais equivalentes aos territórios de Portugal e Itália, diz análise publicada na revista Science nesta quinta-feira (16).

O artigo calcula que o fim do acordo provocará uma destruição adicional de 1,4 milhão de hectares de vegetação até 2035, na comparação com um cenário de permanência do pacto. Pela margem de erro, a derrubada extra poderá variar de 740 mil a 2 milhões de hectares.

A perda dessa cobertura vegetal lançará na atmosfera 745 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (entre 390 milhões e 1 bilhão de toneladas), segundo o levantamento, dificultando a [meta climática do Brasil](#) e o [acesso a mercados internacionais](#).

A análise indica que 9,1 milhões de hectares de vegetação em terras privadas, o equivalente ao território português, poderão ser derrubados legalmente para cultivos. Outros 28,7 milhões de hectares em florestas públicas não destinadas, área próxima ao tamanho da Itália, estarão vulneráveis.



Área desmatada para o plantio de soja às margens da rodovia Transamazônica, em Itaituba (PA)
- Lalo de Almeida - 4.mai.25/Folhapress

O trabalho é de autoria de pesquisadores das universidades de Wisconsin, Illinois e DePaul, nos [Estados Unidos](#), em parceria com os segmentos brasileiros das organizações ambientalistas Greenpeace e WWF (Fundo Mundial para a Natureza). O artigo foi revisado por pares e recebeu financiamento do WWF Suíça.

A Moratória da Soja, criada em 2006, é um acordo voluntário que impede a comercialização de grãos cultivados em áreas desmatadas na Amazônia após 2008, reunindo órgãos governamentais, empresas do setor e organizações da sociedade civil.

Em janeiro deste ano, a Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), representante das maiores companhias de comércio de soja, anunciou a saída da coalizão. A decisão buscou preservar os incentivos fiscais ao cultivo em Mato Grosso, depois de o estado aprovar lei que retira benefícios de empresas ligadas ao pacto.

Procurada pela **Folha**, a Abiove diz que não irá se manifestar sobre a análise.

Lisa Rausch, pesquisadora de meio ambiente na Universidade de Wisconsin, afirma que a projeção de aumento no desmate considera levantamentos anteriores sobre o impacto da Moratória nas taxas de destruição do bioma.

"O efeito do fim da Moratória não vai ser majoritariamente nas propriedades que já produzem soja, vai ser nas outras propriedades, porque já abriu a perspectiva para expansão em áreas que nunca tiveram soja anteriormente", diz a cientista.

O entorno da rodovia BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, é visto como uma possível nova fronteira agrícola, cuja exploração seria facilitada com o asfaltamento da estrada.

Segundo o artigo divulgado nesta quinta, o acordo setorial reduziu em 35% o desmatamento nas áreas de risco para expansão da soja e evitou a derrubada de aproximadamente 1,8 milhão de hectares —isso apenas na primeira década de vigência.

"A Moratória da Soja serviu como um selo, uma garantia de que a soja não estava causando desmatamento. Agora, a gente perde esse selo", diz Tiago Reis, um dos autores da análise e especialista em conservação do WWF Brasil.

Com o esvaziamento do pacto, grãos plantados em terras desmatadas poderão ser vendidos novamente. O artigo diz que o aumento na perda do bioma é esperado porque o acordo havia diminuído o valor econômico do desmatamento e a pressão geral sobre a Amazônia.

O Brasil [depende de uma redução inédita no desmate](#) para atingir a [meta nacional de emissões de carbono](#) entregue às Nações Unidas. O [Plano Clima](#), que definiu objetivos para cada ramo da economia brasileira, concentra as maiores reduções nos setores de mudança do uso da terra em áreas públicas e privadas.

"Sem a Moratória da Soja, os incentivos para a conversão direta de florestas para o cultivo de soja retornarão, junto com o papel da expansão da soja no estímulo ao desmatamento especulativo", afirmam os pesquisadores.

O artigo aponta que fazendas de soja têm somente 60 mil hectares de áreas florestais que poderiam ser derrubadas legalmente. Por outro lado, identifica 1,7 milhão de hectares de terras já abertas e aptas ao cultivo do grão na amazônia, sem a necessidade de cortar mais árvores para ampliar a produção.